



ORACULA 4.8 (2008)
ISSN: 1807-8222

ENTRE O MÉTODO, O DOGMA E A EXPERIÊNCIA

Resenha de: AGOSTINHO, Santo. *A Doutrina Cristã*. São Paulo: Paulus, 2002 (Coleção Patrística), 288p. ISBN: 8534917140

André Luiz do Amaral*

A Doutrina Cristã (De Doctrina Christiana) é um tratado de exegese com aplicações hermenêuticas, escrito por Santo Agostinho entre 397 e 427 d.C. Além do prólogo, de caráter apologético, a obra possui quatro livros. O primeiro contém a síntese doutrinária da obra; o segundo e o terceiro tratam de princípios exegéticos; e o quarto aborda a maneira como os resultados da exegese devem ser transmitidos através da exposição do pensamento. Forma-se um sistema epistemológico que vai da fonte doutrinária à doutrina mesma, chegando até a exposição dos resultados daí decorrentes. O conhecimento não nasce unicamente da leitura, ou da mera exposição. Antes, brota de um processo científico, de uma técnica. Mas não apenas disto. É também fruto de inspiração sobrenatural, além dos limites do saber. Logo, a ciência, sendo apenas um estágio para a ascensão do espírito, se caracteriza não como fim, mas como meio de chegar às experiências visionárias com Deus e à pura fé n'Ele.

Prólogo

O prólogo anuncia o objetivo de ensinar normas de interpretação da Escritura e fornecer ferramentas ao o leitor. Três grupos de possíveis contestadores desta iniciativa são refutados. O primeiro é formado por aqueles que criticam por não entenderem o que se

* Teólogo pelo Seminário Teológico Rev. Antonio de Godoy Sobrinho. Ministro da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil em Chapecó/SC.

ensina. O segundo pelos que entenderão tais normas e desejarão aplicá-las de imediato, porém, por não conseguirem explicar nem desvendar o que pretendem, dirão que não elas servem a mais ninguém. O terceiro grupo é o dos que se julgam capazes de interpretar as Escrituras sem normas. Para estes, as obscuridades das Escrituras se esclarecem pela oração e consistem em puro dom divino.

Agostinho lhes responde por analogia. Diz que os primeiros críticos, caso lhes quisesse apontar a lua ou um dos astros com o dedo, não distinguiriam nem mesmo seu dedo, pela incapacidade de compreenderem o que está evidente. O segundo grupo de contestadores consegue ver o dedo que aponta, mas não os astros que se quer mostrar. Ambos devem pedir a Deus que lhes ilumine os olhos. Ao terceiro grupo denomina ironicamente de “iluminados”. Lembra que aprenderam o alfabeto por causa dos homens, e não de Deus. Portanto, são presunçosos os que se dizem capazes de entender as Escrituras sem normas, visto que aprenderam de outros o que sabem. Assim, é apropriado aos cristãos que, despojados de orgulho, aprendam uns com os outros, porque Deus quis que sua palavra fosse transmitida por meio dos homens.

A intenção é conferir certa autonomia ao leitor das Escrituras, o qual não mais precisará que alguém lhe ensine, caso tenha apreendido as normas de interpretação. Assim, o sentido oculto lhe será desvendado mais facilmente.

Livro I: Sobre as verdades a serem descobertas nas Escrituras

Agostinho apresenta o plano e a finalidade da obra, a saber, “descobrir o que é para ser entendido e expor com propriedade o que foi entendido”. A descoberta se refere à exegese, enquanto a exposição diz respeito à hermenêutica. Distingue ainda entre as coisas (“tudo o que não está empregado para significar algum outro objeto”) e os sinais (“o que se emprega para significar alguma coisa além de si mesmo”). Quanto às coisas, existem aquelas para se fruir, as para se utilizar, e as para fruir e utilizar. Fruir, segundo o autor, “é aderir a alguma coisa por amor a ela própria. Usar é orientar o objeto de que se faz uso para obter o objeto ao qual se ama, caso tal objeto mereça ser amado” (cf. p. 44). A conclusão é que se deve usar deste mundo, mas não fruir dele. As coisas do mundo são para a utilização, ao passo que as espirituais são para a fruição.

Segue-se uma síntese dogmática dos assuntos que serão abordados, iniciada pela doutrina da Trindade (“única coisa a ser fruída”). Esta oferecerá o programa para os temas

seguintes, começando pela inefabilidade de Deus e sua supremacia entre os outros deuses adorados por quem o busca por sentidos corpóreos, uma vez que só pode ser achado pela inteligência espiritual. Daí é definido como ser vivo, de infinita e imutável Sabedoria. Para a ele aderir é necessário que haja purificação espiritual, diz Agostinho. Inteligência e pureza espirituais são requisitos para chegar a Deus. Destarte, alcançar o sagrado parece ser uma junção de experiência religiosa aliada à técnica. A técnica não é o fator principal neste processo, mas a revelação por iniciativa do próprio Deus, através das Escrituras.

Imediatamente posteriores a esta seção são tratadas as questões sobre o Filho, a quem Agostinho chama de Sabedoria encarnada, que purifica e conduz a humanidade à pátria. Outros temas relativos à salvação ganham destaque. Nas palavras do autor, “usamos mal da imortalidade e isso nos fez morrer. Cristo usou bem da mortalidade e isso nos fez viver. Pela alma corrompida de uma mulher entrou a doença. E do corpo íntegro de outra mulher veio a saúde” (p. 54). Estabelece-se, então, uma dialética entre a Queda e a redenção, entre pecado original e salvação, entre concupiscência e pureza. Os perdoados e regenerados, aqueles cuja alma morreu para este mundo, serão ressuscitados em corpos incorruptíveis para a vida, enquanto os justos ressuscitarão para que sofram suplícios eternos.

O autor insere ainda uma síntese moral, não obstante ter apresentado preocupações morais já na seção dogmática. Afirma que nosso semelhante deve ser amado não por haver méritos próprios, para que dele gozemos, mas por outro fim, de modo que dele nos sirvamos. Assim, nem o amor a si próprio nem o amor a outrem devem ser praticados vislumbrando a *fruitio*, antes o *usus*, por causa de Deus: o único que merece ser amado e fruído. Ao lado do homem, os anjos devem ser igualmente amados por nós, pois se relacionam com Deus. Prosseguindo, Agostinho descreve uma dialética das mortificações, que só tem sentido quando são praticadas para reprimir maus hábitos e inclinações a coisas inferiores. Os que flagelam o corpo por lhe guardarem ódio, como se este fosse inimigo, são criticados. Talvez aí resida uma contestação ao gnosticismo de séculos anteriores e que ainda ecoava nos dias do bispo de Hipona, mesmo que este reserve ao corpo um lugar menor em relação à alma. O corpo é, para ele, lugar de pecado, pelo qual não se pode chegar a gozar de Deus. Para quem está familiarizado com os elementos do imaginário apocalíptico, estas idéias são um tanto familiares, principalmente pela releitura de temas bíblicos, menção a anjos e cosmovisão escatológica.

Resta ainda uma questão central para Agostinho. De que maneira Deus nos ama? Usa ou goza de nós? Como não temos mérito em nós mesmos, Ele só pode nos amar pelo *usus*, para demonstrar sua bondade, a qual nos ensina a manutenção de um gozo mútuo, a fim de que sigamos como peregrinos rumo à pátria, pelo caminho designado por Cristo. Neste caminho, passamos além das coisas temporais e alcançamos a destra do Pai.

A última síntese deste livro diz respeito aos princípios básicos de exegese. Ela tem ligação com a anterior porque o amor a Deus é a plenitude das Escrituras, que só são verdadeiramente entendidas quando servem à caridade de Deus e do próximo. A sua interpretação deve ser correta, sem enganos, porque as próprias Escrituras não mentem. Os eventuais erros devem ser corrigidos à luz do que disseram os autores sagrados. Os que não aceitam a correção das Escrituras quando advertidos, encontram aí sua perdição. A autoridade das Escrituras não pode ser negada, contudo, há pessoas que delas não necessitam, vivendo na constante prática da fé, da esperança e do amor. Estudá-las com diligência exige, portanto, coração puro e fé sem hipocrisia.

Livro II: Sobre os sinais a serem interpretados nas Escrituras

Trata da teoria dos sinais, que constitui o que há de mais conhecido em Agostinho. Sinal fora por ele definido no livro anterior como “tudo o que se emprega para significar alguma coisa além de si mesmo” (p. 43). Aqui o conceito é ampliado e são acrescentadas as definições de sinais naturais, convencionais e verbais. Naturais são aqueles não-intencionais, como a fumaça dá sinal do fogo, sem desejar sê-lo. Os convencionais servem para comunicar aos outros o que se passa em si próprio, como o gemido dá sinal da dor. Os verbais fazem parte do conjunto dos sinais convencionais e se referem ao uso das palavras para a comunicação entre os homens. Como as palavras faladas desaparecem facilmente, se desenvolveram seus signos, as letras. São estes os signos que Deus decidiu utilizar nas Escrituras para revelar a sua vontade. Como todo sinal precisa ser interpretado, há diversidade de interpretações, mas há quem não encontre sentido para algumas passagens bíblicas, o que, para Agostinho, é inaceitável. Obviamente, nenhuma palavra dita/escrita por Deus pode carecer de sentido. Esta problemática está mais bem desenvolvida em *De Magistro* do que aqui.

Prepara-se o terreno para a exposição do método alegórico. Ora, este método é utilizado em cada capítulo de cada livro ao longo da obra, a ponto de o leitor mais perspicaz tê-lo percebido anteriormente tendo chegado até esta parte. Para ele, as passagens obscuras são

elucidadas por outras passagens explicativas. Precisa-se interpretar nas Escrituras, então, o que está oculto. A hermenêutica e a exegese parecem ser certo tipo de ciência revelatória. Para que se alcance o conhecimento (revelação) é necessário passar por sete graus de ascensão espiritual, dos quais a sabedoria é o último. Agostinho aproxima-se muito de literaturas místicas com conteúdos apocalípticos, as quais talvez ainda tivessem aceitação razoável nos séculos IV e V. Não obstante a Verdade ser revelada, deve ser buscada também através da ciência, que é o terceiro grau de ascensão. O estudioso das Escrituras precisa passar por aí para ver a Deus, ainda que “enquanto peregrinamos nesta vida, caminhamos mais pela fé do que pela visão” (cf. p. 94).

A preocupação do autor reside justamente no terceiro grau, a partir do qual livro se torna mais interessante para os estudiosos de exegese e hermenêutica. Cita-se a lista dos 44 livros do AT que devem merecer a atenção do exegeta/hermeneuta, incluindo alguns que não fazem parte do cânon hebraico. Na lista neotestamentária podemos perceber a ausência dos livros de Tiago e Judas, que durante longo período tiveram dificuldades para serem aceitos e, nesta época, ainda não haviam assegurado sua vaga no cânon. Advoga-se, na seqüência, em favor do conhecimento das línguas bíblicas e da interpretação correta dos signos *próprios* e *figurados*. A Agostinho interessam mais os figurados, com suas metáforas e sentidos múltiplos e ocultos. Mais além, ele adverte sobre a necessidade de conhecimento das diversas versões e traduções dos textos, que podem servir de auxílio ao estudante não negligente, a fim de dirimir eventuais erros gramaticais e ambigüidades no texto original. Para o autor, a versão *Ítala* em latim e a *LXX* em grego são as que possuem maior autoridade. Corrigi-las chega a ser inapropriado, uma vez que os tradutores destas versões foram devidamente inspirados pelo Espírito Santo. Atualmente, com o avanço da crítica, é difícil encontrar exegetas dispostos ratificar esta opinião.

Na última parte do segundo livro, Agostinho esclarecerá o que entende por “revelação” e como esta deve ser apreendida pelos estudiosos das Escrituras. Seus esclarecimentos são permeados por críticas ao paganismo. A revelação não se dá por meio de superstições ou fórmulas mágicas praticadas pelos pagãos (astrologia, pactos com os demônios, etc.), mas pelas Escrituras. Todas as manifestações religiosas não-cristãs são demonizadas. No campo cultural, o autor reconhece o valor da história, da matemática, da astronomia, da mecânica, da dialética, da lógica e da retórica. Todas estas artes devem servir às Escrituras, que são infinitamente superiores a qualquer escrito pagão. Nelas, com o auxílio da ciência, podem

ser revelados sinais ocultos e o estudioso pode alcançar o último grau de ascensão espiritual, que é a sabedoria.

Livro III: Sobre as dificuldades a serem dissipadas nas Escrituras

Retomam-se as questões acerca das ambigüidades nas Escrituras, sejam elas provocadas por sentidos *próprios* ou *figurados*. Para dissipar as dificuldades no estudo de textos que apresentem problemas na interpretação de sentido próprio, as Regras de Fé (*Escritura, Tradição e Magistério*) servem de auxílio ao exegeta. Quanto aos textos em sentido figurado, Agostinho afirma não poderem ser tomados literalmente. Alerta também para a inutilidade dos sinais e símbolos pagãos em contraposição à utilidade dos símbolos úteis instituídos por Deus. Para que se possa distinguir entre textos de sentido próprio e textos de sentido figurado, o autor sugere seis princípios: a) constatar a destruição da concupiscência; b) verificar a intenção da passagem; c) certificar que a interpretação conduza à caridade; d) exprimir que se a Escritura ordenar um delito ou ignomínia, está em sentido figurado, caso ordene a caridade está em sentido próprio. Neste princípio o autor indica diversos preceitos morais que devem ser observados pelo leitor das Escrituras, para que este não tome para si coisas que eram próprias dos costumes da época em que foram produzidas as Escrituras; e) não imitar os costumes dos antigos na atualidade; f) não julgar as faltas dos indivíduos contidas nas Escrituras. Há ainda um princípio geral, que é observar as regras anteriores com piedade.

Mais importante que esses princípios é o axioma agostiniano segundo o qual a Escritura é auto-explicativa, ou seja, as passagens mais claras explicam as obscuras, ainda que seja possível a existência de vários sentidos para um único trecho ou termo, porque são utilizados muitos tropos literários. Tal axioma permanece ainda hoje como um dos mais utilizados pelos exegetas comprometidos com o dogma, alheios às investigações científicas. A última parte deste livro se trata de uma resenha de *As Regras*, de Ticônio, donatista do século IV que empreendeu esforços semelhantes aos de Agostinho para formular regras de interpretação das passagens obscuras nas Escrituras. A obra de Ticônio consiste em sete regras: a) Cristo e o Corpo b) O Corpo Bipartido do Senhor c) As promessas e a Lei d) A espécie e o gênero e) Os tempos f) A recapitulação g) O demônio e seu corpo. Não obstante tecer críticas pertinentes a Ticônio, Agostinho parece considerar suas próprias regras superiores, de caráter peremptório.

Livro IV: Sobre a maneira de ensinar a doutrina

Como anunciado no fim do terceiro, este livro enfoca os modos de expressão do pensamento, isto é, como se pretende transmitir os resultados exegéticos a partir de exercícios hermenêuticos. Sendo Agostinho grande orador e professor de retórica, esta tarefa não lhe é difícil, apesar de lembrar que *A Doutrina Cristã* não é tratado de retórica. Faz-se menção à necessidade da boa oratória e as características concernentes ao orador cristão. Estão esboçadas aí questões mais bem aprofundadas nas *Confissões*, nas quais há a distinção entre oratória sábia e a eloqüente. Ambrósio é o modelo de orador sábio, mas nem tão eloqüente, enquanto Fausto, o maniqueu, é eloqüente, mas pouco sábio.

Para comprovar suas teorias, o autor passa a analisar textos paulinos e dos profetas. À guisa de conclusão, são tecidas algumas considerações. Ao pregador, se sugere que não seja tão obscuro como foram os autores sacros, escolha o que e como falar dependendo de seu auditório, seja claro e elegante, para “bem alimentar” seus interlocutores.

Tais sugestões devem ser congruentes com os três objetivos maiores do orador: instruir, convencer e agradar, mas nunca faltando com a verdade. Será ouvido com entendimento, prazer e docilidade. Procedendo assim, o discurso não será pomposo e vazio. É necessário que o orador reze e tenha em mente que sua função é missão confiada por Deus para transmitir seus preceitos aos homens. Agostinho deixa subentendido que o orador sacro só pode tratar de assuntos grandiosos. Seguindo a lógica de Cícero, seu estilo deverá ser sublime e eloqüente, mesmo que possa variar entre o simples e o temperado, como fizeram os autores sacros e os cristãos. Os três gêneros de estilo devem ser misturados dependendo das necessidades. A vida do orador deverá estar de acordo com o que fala, a fim de que seja modelo aos fiéis. A originalidade do orador é importante na transmissão do discurso, não na sua composição. A oração é indispensável antes e depois de o discurso ser pronunciado. A pregação, então, segundo Agostinho, depende do estudo cuidadoso das Escrituras e do bom testemunho do orador. Percebe-se que a própria prédica revela os sentidos ocultos das Escrituras aos que não são capazes de compreender o que Deus revelou aos autores sacros.

A ênfase na revelação, no desvelamento de um sentido oculto e no movimento do cosmos faz desta obra uma leitura bastante válida para os estudantes da apocalíptica judaica e cristã e sua recepção na história do ocidente. Se comparado aos manuais contemporâneos, *A Doutrina Cristã* apresenta maior refinamento estilístico. Porém, devido à época de sua

composição, o leitor proficiente nas ciências bíblicas perceberá com facilidade as deficiências. Além disso, o tom apologético das interpretações agostinianas soa estranho aos nossos dias. Também a predisposição em ser manual definitivo não se coaduna com a história da exegese, tão longa e frutífera desde Agostinho. Deparamo-nos constantemente com novos livros sobre o assunto, sempre com diferentes insights e aberturas para o labor exegético e as aplicações hermenêuticas. Contudo, qualquer estudioso ou exegeta tem o dever de conhecer a obra por completo, pois ela representa os primeiros passos de uma ciência que hoje alcança a maturidade.